



Sobre a construção dos encaminhamentos e fluxos dos motivos de baixa frequência escolar

Entrar num território envolto por vulnerabilidades é uma tarefa de ver e de (re)conhecer a complexidade de fenômenos difíceis em suas especificidades, a partir de um olhar sensível e atento, que permita emergir as questões sociais que envolvem os problemas coletivos e individuais de acesso e de permanência à educação de crianças e adolescentes, beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) nas escolas.

A Iniciativa Trajetórias Escolares, Desigualdades e Diversidades está inserida nesse contexto de fenômenos complexos e diante do desafio de elaborar encaminhamentos e fluxos. A partir da constatação da baixa frequência dos estudantes vinculados ao PBF, pensamos em uma proposta aberta com o objetivo de alcançar os diferentes níveis, locais e realidades educacionais brasileiras.

Considerando que os motivos que levam as crianças e os adolescentes a não obter a frequência escolar mínima exigida possuem uma natureza socioeconômica, pressupomos a necessidade de elaborar encaminhamentos e fluxos que possam colaborar para ações de intervenção sobre as realidades concretas das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Nesse sentido, elaboramos uma proposta que não nega as diferentes realidades escolares presentes no Brasil, com a possibilidade de abertura e adequação para realidades locais.

Acreditando na potência da intersetorialidade, isto é, na construção de ações articuladas que superem a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, a fim de possibilitar soluções integrais para os fenômenos identificados, alguns questionamentos surgiram em nosso processo: qual a relação estabelecida entre a escola e os serviços socioassistenciais, por exemplo? Como podem aqueles que participam da gestão escolar realizarem uma leitura profunda da realidade social das crianças e dos adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social? Como a escola interpreta e lida com os motivos que impedem e/ou dificultam o acesso e a permanência no ambiente escolar?

Partindo dessas problematizações, entendemos a importância de pensarmos encaminhamentos e fluxos que se articulam em diferentes níveis: intraescolar e extraescolar. A perspectiva intraescolar está relacionada ao acompanhamento pedagógico oferecido pela instituição escolar, a partir do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), da sua compreensão do PBF e do conhecimento da realidade social e escolar do estudante. Já o nível extraescolar refere-se ao acompanhamento socioassistencial ofertado pelos serviços estatais vinculados a políticas públicas específicas, tais como: a) os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), porta de entrada da assistência social, que trabalha de forma prognóstica; b) os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidades que atuam quando situações de risco e/ou violência já foram comprovadas, atuando no diagnóstico; entre outros.

A partir da constatação de baixa frequência do estudante, propomos fluxos de encaminhamentos fundamentados em quatro (4) verbos: identificar, conhecer, encaminhar e acompanhar, os quais denotam reflexão, ação e atuação sob as realidades concretas das crianças e dos adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social, beneficiários do PBF.

IDENTIFICAR e **CONHECER**, embora possam se estabelecer em momentos distintos, são ações complementares. Diante da constatação de que o(a) estudante apresenta frequência inferior a 85% (de 6 a 15 anos) e 75% (de 16 e 17 anos), é preciso a identificação do motivo ou causa da infrequência escolar. Entretanto, sendo a pobreza um fenômeno complexo e multidimensional, a identificação só será possível através do conhecimento dos contextos nos quais a criança e/ou o(a) adolescente em situação de pobreza e em vulnerabilidade social estão inseridos.

Nesse sentido, identificar e conhecer exigem uma profunda reflexão que passa tanto pela análise da realidade concreta do(a) estudante quanto de seu ciclo de ensino-aprendizagem, sendo, portanto, necessário também compreender a legislação que permeia cada um dos motivos de baixa frequência.

Mediante a devida identificação e conhecimento, é possível, então, **ENCAMINHAR** ações de forma integral e integrada na perspectiva da intersetorialidade. Muitas vezes, a falta/dificuldade da articulação da rede é advinda da carência de conhecimentos, habilidades e atitudes coerentes com as funções exercidas pelos diferentes eixos intersetoriais. Em outras palavras, não saber as atribuições corretas de sua função ou desconhecer a hierarquia organizacional existente no seu eixo de atuação, pode influenciar na insatisfação e na crença de que as ações não atingem os objetivos propostos. Dessa forma, é importante qualificar e problematizar também os próprios serviços socioassistenciais oferecidos pelas políticas públicas. Por exemplo, embora o CRAS e CREAS sejam ambas unidades que promovem o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, aumentando

o acesso aos direitos da cidadania, suas atuações são diferenciadas como mencionamos acima. Também é importante notar que cada município, estado e DF podem possuir serviços próprios para que o controle social seja feito, sendo significativo conhecer também as especificidades do território onde a criança e o adolescente estão inseridos. Existem serviços e políticas públicas além do CRAS, CREAS e Conselho Tutelar que atuam na rede de proteção social à criança e ao adolescente?

Desse modo, os encaminhamentos devem ser feitos com base na articulação entre os acompanhamentos pedagógicos e socioassistenciais. Alicerçada nesse processo de ação-reflexão-ação para atuação, acreditamos que a instituição escolar poderá **acompanhar** as trajetórias escolares de crianças e adolescentes, beneficiários(as) do PBF, de maneira qualificada, ou seja, considerando suas especificidades e sem simplificar as complexas questões sociais vivenciadas por esses sujeitos de direitos. Destacamos que o acompanhamento é uma ação contínua intrínseca a todo o fluxo de encaminhamento, que potencializa o acesso e a permanência escolar.

Finalmente, interessa-nos destacar que a ação de **identificar, conhecer, encaminhar e acompanhar** seja uma proposta de encaminhamentos e fluxos de reflexão-ação para atuação, a fim de que possamos reconhecer as razões de ser dos fenômenos com nossos olhos bem abertos e em sua totalidade.

SECRETARIA DE
**EDUCAÇÃO CONTINUADA,
ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Iniciativa
Trajetórias
Ecolares
Desigualdades e Diversidades